



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Comissão de Residência Multiprofissional
Instituto de Veterinária / Hospital Veterinário
Programas de Residência em Medicina Veterinária
Br.465, Km7, 23890-000, Seropédica-RJ, Fone 21 26821637 residenciavet.ufrrj@yahoo.com.br

Seleção 2018 - Programa de Residência em VIGILÂNCIA E ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE da UFRRJ.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Tema: POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE (COMUM A TODOS OS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA)
Sistema Único de Saúde – SUS. Objetivos e Atribuições. Princípios e Diretrizes. Organização e Gestão. Competências. Financiamento. Participação da comunidade na gestão do SUS. Norma Operacional Básica do SUS (NOB-SUS 1/96). O Médico Veterinário no SUS. Atuação no âmbito da Saúde Pública.
Bibliografia:
BRASIL. Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968 (1968). Dispõe sobre o exercício da profissão de Médico Veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária. Brasília, DF: Senado 1968.
BRASIL. Presidência da República. Secretaria da Casa Civil. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 – Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências.
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado 1988.
BRASIL. Ministério da Saúde, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (1990). Lei Orgânica da Saúde - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Senado 1990.
BRASIL. Ministério da Saúde, Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 (1990). Dispõe sobre a participação da comunidade no Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF: Senado 1990.
BRASIL. Ministério da Saúde (1996). Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde (NOB-96), de 05 de novembro de 1996. Brasília, DF: Senado 1996.
BRASIL. Ministério da Saúde (2002). Portaria Nº 373/GM de 27 de fevereiro de 2002. Norma Operacional da Assistência à Saúde. Brasília, DF: Senado 2002.
BRASIL. Ministério da Saúde (2009). O SUS de A a Z Garantindo saúde nos municípios. 3ª edição. Brasília, DF: Senado 2009.
BRASIL. Ministério da Saúde (2011). Portaria nº. 2.488, de 24 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Brasília, DF: Senado 2011.
BRASIL. Ministério da Saúde (2014). Portaria nº 1.271, de 06 de junho de 2014. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional e dá outras providências.
BRASIL. Ministério da Saúde. ANVISA. Resolução-RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 – Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.
BRASIL. Ministério da Saúde. ANVISA. Resolução RDC Nº 306, de 7 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
BRASIL. Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. (Publicada no D.O.U. de 27.01.1999, Seção 1, pág. 1). Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de vigilância e controle da leishmaniose visceral / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.120p.
BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 399, de 22 de Fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviço. Guia de Vigilância em Saúde. 2ª ed. Volume único. Brasília: DF, 2017.